



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



**Parecer n.º 327/2014-NSAJ/FUNPAPA**

**Processo: 3943/14**

**Assunto:** Prorrogação do Contrato n.º. 003/2011, firmado com a empresa Primma.

Versam os presentes autos sobre a possibilidade da Fundação prorrogar pelo período de 12 (doze) meses o Contrato n.º. 003/2011, firmado com a Empresa **PRIMMA SERVIÇOS PÓSTUMOS E AMBULÂNCIAS LTDA ME**, cujo objeto é a prestação de serviços mortuários, a fim de atender as necessidades desta Fundação.

Em seu pedido, o Chefe da Divisão de Obras funda sua solicitação no objetivo de evitar descontinuidade do atendimento da população, considerando o caráter primordial da prestação de serviços funerários aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

Informa, ainda, que o preço praticado está condizente com o valor praticado pelo mercado.

Destarte, os autos foram encaminhados a este Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos (NSAJ) para análise e parecer quanto à viabilidade do pleito, oportunidade na qual foi solicitada a juntada do contrato principal e último termo aditivo.

Verifica-se que o contrato teve a última prorrogação realizada a contar de 20 de janeiro de 2014, com o prazo de 06 meses, a expirar em 19 de julho de 2014.

**É o relatório.**

**Passamos a análise do pleito.**

A legislação admite a prorrogação do contrato administrativo, que deve ser entendida como o aumento do prazo contratual, mantida as mesmas condições anteriores e diante do mesmo contratado, desde que justificada por escrito e autorizada pela esfera competente. A prorrogação difere da renovação na medida em que esta pressupõe alguma modificação em cláusula contratual, por exemplo, no que diz respeito à forma de execução do contrato (*Manual de Direito Administrativo/Alexandre Mazza. 3. ed.. São Paulo: Saraiva, 2013*).



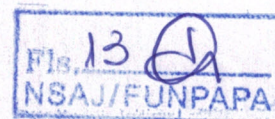
**FUNPAPA**  
 END.: Av. Gentil Bittencourt, n.º 1686 – São Brás  
 CEP: 66.040-172 / CGC: 05.065.644/0001-81  
 FONE: 3279-3003



**PREFEITURA DE**  
**BELÉM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



Como se sabe, os contratos devem ser celebrados por prazo determinado, sendo a sua duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. A regra visa impedir que o dispêndio oriundo de contratos venha repercutir em orçamentos futuros, sem que tenham sido ordenadamente planejados os ajustes.

Ocorre que, atendendo a peculiaridades de certas situações, a lei criou três exceções à regra geral, prevendo situações em que os contratos poderão ter sua duração mais longa do que os créditos orçamentários de cada exercício financeiro, senão veja-se:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*

***II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (destaquei)***

*III - (Vetado);*

*IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*

*V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*

O caso em apreço se enquadra na segunda exceção, prevista no art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), uma vez que o objeto do Contrato nº. 003/2011 pode ser considerado serviço de prestação continuada.

Note-se que o fato da Ata já ter perdido a validade em nada influencia o pleito de prorrogação, tendo em vista que os contratos decorrentes do SRP terão vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993 (Art.4º, §1º do Decreto Municipal nº48804/2005 - DOM nº 10.493, de 31/08/2005).

Assim, será admitida a prorrogação daqueles contratos assinados decorrentes



**FUNPAPA**

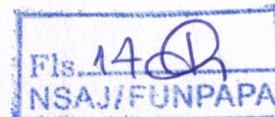
END.: Av. Gentil Bittencourt, n.º 1686 – São Brás  
 CEP: 66.040-172 / CGC: 05.065.644/0001-81  
 FONE: 3279-3003



PREFEITURA DE  
**BELÉM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



dessa Ata, de acordo com as regras previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que esse contrato inicial (e não a prorrogação) tenha sido assinado durante a vigência da Ata. Em outras palavras, isso significa que um contrato decorrente de uma Ata de SRP, a partir de sua assinatura, passa a se vincular às regras do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Outro ponto a ser analisado é a questão da igualdade do prazo de prorrogação (*iguais e sucessivos períodos* – Art. 57, II).

A exigência legal quanto à prorrogação do prazo em **iguais e sucessivos** períodos vem sendo abrangida pelos tribunais e pela doutrina.

Nesse sentido, MARÇAL JUSTEN FILHO (*in* Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 11ª Ed.), com a clareza que lhe é peculiar, analisa a situação em tela, nos seguintes termos:

*É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contra-senso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for "simpático".*

*Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções.*

*Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, inc. II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, mas apenas problemas.*

*Ora, qual impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é a redação literal do art. 57, inc. II.*



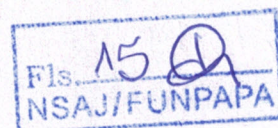
**FUNPAPA**  
 END.: Av. Gentil Bittencourt, n.º 1686 – São Brás  
 CEP: 66.040-172 / CGC: 05.065.644/0001-81  
 FONE: 3279-3003



**PREFEITURA DE**  
**BELÉM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



*Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário.*

Ainda nesse sentido, a título de reforço do acima expendido traga-se a baila a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) que tal qual a AGUE é órgão totalmente desconectado do âmbito municipal, porém que possui entendimento que serve de demonstração para o caminho que vem sendo trilhado em tais casos, senão veja-se:

**TCU - Acórdão 771/2005 - Segunda Câmara**  
 (...)

*17.3. 6. 8 A prorrogação do contrato referido foi por tempo inferior à primeira prorrogação. Pelo disposto no art. 57, li, da Lei 8.666/93, a prorrogação deveria ser por iguais e sucessivos períodos. Contudo, pelo princípio da razoabilidade, se é possível prorrogar por até 60 meses, não há porque exigir-se a prorrogação por idênticos períodos, conforme ensinamentos sempre balizados do insigne autor Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos".*

Note-se que o próprio Supremo Tribunal Federal (MS nº 54785/DF, Rel. Ministro CARLOS AYRES BRITTO, DJ 20/11/07) segue o mesmo caminho:

**STF - MS nº 54785/DF 'EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. DETERMINAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.**

*Ato do Tribunal de Contas da União que determinou à Administração Pública a realização de nova licitação. Prorrogação do vigente contrato por prazo suficiente para que fosse realizada nova licitação. A escolha do período a ser prorrogado, realizada de acordo com o disposto no contrato celebrado, insere-se no âmbito de*



**FUNPAPA**

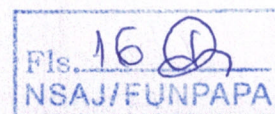
END.: Av. Gentil Bittencourt, n.º 1686 - São Brás  
 CEP: 66.040-172 / CGC: 05.065.644/0001-81  
 FONE: 3279-3003



PREFEITURA DE  
**BELÉM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



*discricionarieza da Administração. Segurança denegada.*"(destacou-se)

Como se demonstra, tanto para a doutrina quanto a jurisprudência, a regra da igualdade de períodos não é uma forma impositiva literal. Desta feita, não se deve adotar pura e simplesmente a interpretação gramatical de que as prorrogações devem ocorrer pelo mesmo prazo fixado no ajuste anterior, pois se procedendo assim poderiam ser geradas dificuldades insuperáveis, sem qualquer benefício para o cumprimento, pela Administração Pública, de suas missões institucionais.

Por fim, deve-se destacar que a prorrogação do contrato se enquadra dentro do âmbito dos atos discricionários.

Tais atos são aqueles nos quais a lei confere ao agente público a possibilidade de escolher a solução que melhor satisfaça o interesse público em questão, ou seja, a lei deixa a critério do administrador a escolha, dentre diversas alternativas, da mais adequada à realização da finalidade pública.

Isto é feito através da emissão de valores acerca da oportunidade e da conveniência da prática de determinado ato (mérito administrativo).

Assim sendo, cabe a Administração decidir, quando do encerramento do presente contrato, se lhe é conveniente e oportuno a sua prorrogação, conforme solicitado, para então buscar o entendimento com o proprietário acerca do aditivo contratual.

Isto posto, opinamos **FAVORAVELMENTE** à possibilidade prorrogação do Contrato 003/2011, desde que seja de interesse de ambas as partes, estando previamente autorizado pela autoridade competente, e que as despesas com sua prorrogação tenham adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual do Município de Belém, estando compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, havendo ainda a manifestação de conformidade do Controle Interno.

É o parecer.

À apreciação superior.

Belém, 26 de junho de 2014.

*Mauro Emim*  
 Consultor Jurídico  
 NSAJ/FUNPAPA/PMB

*Regina Helena B. Pereira*  
 Diretora Jurídica  
 OAB/PA 4703  
 AJUR/FUNPAPA/PMB



**FUNPAPA**

END.: Av. Gentil Bittencourt, n.º 1686 – São Brás  
 CEP: 66.040-172 / CGC: 05.065.644/0001-81  
 FONE: 3279-3003



**PREFEITURA DE**  
**BELÉM**